

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 952.155 - GO (2016/0186041-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : PNEUS AMERICANA S/A**  
**ADVOGADO : ANDERSON RODRIGO MACHADO - GO016635**  
**AGRAVADO : EDNA APARECIDA SANT ANA MOURA**  
**ADVOGADO : VALDIVINO GONÇALVES CORRÊA - GO015233**

**DECISÃO**

À vista dos fundamentos expostos no agravo interno, reconsidero a decisão da Presidência do STJ (fls. 896/897), e passo à análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo manifestado em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto contra acórdão assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO RETIDO E RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHA. JUNTADA DE DOCUMENTOS.

Tendo a agravante se limitado a reiterar os fundamentos deduzidos no Agravo Retido e na Apelação, no tocante ao cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de substituição de testemunha e à possibilidade de juntada de documentos até em grau recursal, mantém-se tal como lançada a decisão que negou seguimento aos recursos por manifesta improcedência.

AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Contra o referido acórdão, o ora agravante opôs embargos de declaração, afirmando que o título de crédito objeto do pedido monitorio se encontra prescrito. A Corte de origem entendeu pela impossibilidade de examinar tal questão, em acórdão assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS REJEITADOS. PRESCRIÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS.

I - Não se conhece dos embargos de declaração por versarem sobre situação jurídica completamente dissociada daquela vista na decisão

embargada.

II - Inexistindo no acórdão embargado quaisquer das hipóteses previstas o artigo 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos aclaratórios.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

A parte recorrente sustenta que a Corte de origem deveria examinar o tema da prescrição.

A pretensão merece êxito, pois as matérias de ordem pública - a exemplo da prescrição - podem ser conhecidas até mesmo de ofício, a qualquer tempo, nas instâncias ordinárias. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE ASTREINTES. IMPUGNAÇÃO. MULTA FIXADA EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DE ALIMENTOS. ENTREGA DE BEM IMÓVEL. OBRIGAÇÃO INCERTA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA COISA. INEXIGIBILIDADE DA MULTA. MATÉRIA SUSCITADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. CONDIÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA. OMISSÃO RELEVANTE (CPC/73, ART. 535). AGRAVO PROVIDO.

1. Arguida, em embargos de declaração, a inexigibilidade da multa (astreintes) fixada em sede de cumprimento de sentença de homologação de acordo, em razão da ausência de individualização do bem imóvel a ser entregue pelo devedor, a Corte local limitou-se a afirmar que se tratava de inovação recursal e supressão de instâncias, ignorando tratar-se de questão de ordem pública, relativa à própria exigibilidade do título executivo.

**2. As matérias de ordem pública, conhecíveis de ofício pelas instâncias ordinárias, ainda que suscitadas apenas em embargos de declaração, devem ser examinadas pelo Tribunal de origem, sob pena de omissão.**

3. Agravo interno provido, para dar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 660837/CE, Relator Ministro LUIS FELIPE

SALOMÃO, Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. "AÇÃO ESTIMATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS". PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO NOBRE. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL. FALTA PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. PRAZO DECADENCIAL. SUSPENSÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 83 DO STJ.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Incide a Súmula nº 211 do STJ quando os dispositivos de lei invocados no apelo nobre não foram debatidos no acórdão recorrido, apesar de opostos embargos de declaração a fim de suscitar os temas neles contidos na instância a quo. Caberia à parte, nas razões do seu especial, alegar a violação do art. 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito.

3. A jurisprudência firmou-se no sentido de que as matérias de ordem pública, tais como prescrição e decadência, nas instâncias ordinárias, podem ser reconhecidas a qualquer tempo, ainda que alegadas em embargos de declaração, não estando sujeitas a preclusão. Incidência da Súmula nº 83 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 686634/DF, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 09/08/2016)

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno do autos para que o Tribunal de origem supra a

# *Superior Tribunal de Justiça*

omissão acima anotada.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora